

» Entrevista | ALESSANDRO VIEIRA | SENADOR (MDB-SE)

Caso Master tem indicativos de crime organizado

Parlamentar enfatiza que relações do banco com autoridades dos Três Poderes, especialmente no STF, exigem investigação aprofundada de uma CPI. Ele confia que, com a retomada dos trabalhos do Congresso, a comissão será instalada

» DANANDRA ROCHA

Com assinaturas suficientes para ser instalada, a CPMI do Banco Master depende, agora, apenas da retomada dos trabalhos no Congresso e de uma decisão do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Em entrevista ao Correio, o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) afirma que a instauração do colegiado é um direito constitucional da minoria. Segundo o senador, relator da CPI do Crime Organizado, há indícios graves de relações indevidas entre o grupo controlador do banco, de propriedade de Daniel Vorcaro, e figuras dos Três Poderes, incluindo contratos milionários com familiares de ministros do Supremo aparentemente sem comprovação de contraprestação. Segundo ele, o conjunto de fatos, que envolve movimentações financeiras atípicas, transações imobiliárias e decisões judiciais fora do padrão, impõe uma apuração parlamentar rigorosa.

O pedido de CPMI já reúne assinaturas suficientes. Qual é sua expectativa para a volta do recesso no Parlamento?

Com a retomada dos trabalhos, na próxima semana, deve haver uma decisão do presidente da Casa. Ele pode retardar a instalação, mas não pode evitá-la, pois trata-se de um direito constitucional da minoria.

Quais fatos novos ou indícios concretos, além da liquidação do banco pelo BC, o senhor considera centrais para justificar uma CPMI e afastar o argumento de que o caso já está sendo apurado por outros órgãos?

Nós temos a notícia reiterada de infiltração ou de relação duvidosa do grupo que controla o Banco Master com figuras públicas nos Três Poderes. Essas relações precisam ser investigadas, em especial as do Vorcaro e do seu grupo com integrantes da Suprema Corte



em especial as do Vorcaro e do seu grupo com integrantes da Suprema Corte, mediante pagamentos de altos valores a familiares. Entendo que a CPI tem a obrigação de avançar nessa seara.

O senhor tem defendido a apuração de contratos considerados fora do padrão envolvendo o Master. Em que ponto essas relações levantam suspeitas de conflito de interesses ou uso indevido de influência institucional?

Existem valores que fogem do tradicional e uma aparente falta de

Nós temos a notícia reiterada de infiltração ou de relação duvidosa do grupo que controla o Banco Master com figuras públicas nos Três Poderes. Essas relações precisam ser investigadas, em especial as do Vorcaro e do seu grupo com integrantes da Suprema Corte"

contraprestação jurídica. Não foram encontradas petições, ações, movimentações ou reuniões feitas pelo escritório da família do

ministro Alexandre de Moraes. Da mesma forma, há dúvidas sobre os valores envolvidos em transações imobiliárias entre o grupo do

Banco Master e familiares do ministro Dias Toffoli. Em paralelo, há notícias de atuação irregular do ministro Alexandre em contatos com o Banco Central, além de decisões e despachos do ministro Toffoli absolutamente fora de qualquer padrão de condução de processo perante a Suprema Corte. Esse conjunto de fatos aponta para a necessidade de uma investigação mais aprofundada.

Caso a CPMI seja instalada, quais serão as primeiras medidas práticas e quem está no foco inicial da investigação?

A prioridade será a confirmação de todos os fatos, começando por confirmar os contratos e as transações financeiras. Depois, deve-se confirmar a existência ou a ausência de contraprestação e, a partir daí, tentar compreender quais foram os reais objetivos dessa movimentação financeira.

Há resistência de setores do Senado à CPMI. O senhor acredita que isso decorre de preocupações técnicas ou do receio de que a comissão avance sobre relações sensíveis entre o sistema financeiro e autoridades públicas?

Até o momento, não identificamos resistência, até porque ainda estamos no recesso. Teremos esse cenário mais definido na próxima semana.

O Banco Central apontou falhas graves na gestão do Banco Master. Na sua avaliação, houve omissão ou demora de outros órgãos de controle que também precisam ser investigadas pela CPMI?

Talvez exista alguma morosidade dos órgãos de controle, mas ela não apresenta, até o momento, indicativos de favorecimento. Talvez isso surja ao longo das investigações e demande uma ação mais incisiva.

Se a CPMI não avançar neste momento, o senhor considera levar o caso a outras instâncias do Congresso ou do sistema de Justiça para evitar que o episódio seja arquivado sem apuração política mais ampla?

Sim, faremos os requerimentos necessários no âmbito da CPI do Crime Organizado, que está em andamento regular. Pedidos de quebra de sigilo e eventuais depoimentos já serão solicitados na referida CPI, uma vez que a atuação do Banco Master apresenta indicativos de crime organizado que precisam ser apurados.

Canceladas oitivas de ex-sócios de Vorcaro

» LUANA PATRIOLINO
» IAGO MAC CORD

A Polícia Federal desmarcou três depoimentos, que estavam agendados para ontem, de investigados no inquérito sobre o Banco Master. As defesas alegaram que não tiveram total acesso aos autos do processo e reclamaram da falta de tempo hábil para analisar o material. Entre as oitivas, estava prevista a do ex-sócio da instituição financeira Augusto Ferreira Lima, uma das mais aguardadas pelos investigadores.

Silêncio

Na segunda-feira, Dario Oswaldo Garcia Junior, diretor de Finanças e Controladoria do BRB foi ouvido por uma hora. Já Henrique Peretto e André Felipe Maia, sócios da empresa Tirreno, faltaram às oitivas. Alberto Felix de Oliveira, superintendente-executivo de Tesouraria do Master compareceu, mas optou por permanecer em silêncio. As defesas sustentam que o tempo para analisar o processo foi insuficiente, o que levou a delegacia do caso, Janaína Palazzo, a cancelar parte da programação para evitar nulidades.

A série de oitivas é crucial para o cumprimento do prazo de 60 dias que a PF tem para entregar o relatório final do inquérito. Esse tempo, que inclui a apresentação de novas provas colhidas e a lista de indicados, pode ser afetado pelo adiamento dos depoimentos previstos



Ex-sócios do Banco Master avisaram à PF que ficariam calados

para ontem e pelas ausências registradas na semana.

“O atraso é extremamente prejudicial e atende aos interesses da defesa. No âmbito de crimes financeiros complexos, o ‘fator surpresa’ e a contemporaneidade das oitivas são fundamentais para evitar a combinação de versões entre os investigados”, observa o advogado constitucionalista Rafael Durand. “Além disso,

há um risco técnico crítico: como o material apreendido (celulares e computadores) foi retirado da custódia imediata da PF por ordem do ministro Dias Toffoli, qualquer demora na extração de dados aumenta o risco de apagamento remoto de evidências em dispositivos que não foram submetidos prontamente aos bloqueadores de sinal da perícia técnica”, acrescentou.

Fraudes e anistia estão na pauta de líderes

» WAL LIMA

O caso do Banco Master e a anistia ao ex-presidente Jair Bolsonaro e a outros golpistas devem ser temas da primeira reunião de líderes deste ano da Câmara, marcada para as 11h de hoje, na Residência Oficial do presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB).

Em entrevista ao Correio, o líder da oposição, deputado Cabo Gilberto Silva (PL-PB), afirmou que o encontro deve ser marcado por articulações para cobrar de Motta e do presidente do Congresso Nacional e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), uma definição sobre a apreciação dos vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A expectativa da oposição é derrubar o veto ao Projeto de Lei da Dosimetria. Em 8 de janeiro passado, data que marcou o terceiro ano do ataque de extremistas bolsonaristas às sedes dos Poderes, Lula derrubou integralmente a proposta que beneficiava os golpistas e Bolsonaro — preso no Complexo da Papuda, condenado por tentativa de derrubar a democracia, entre outros crimes.

Além dos vetos, a oposição pretende apresentar uma nova proposta de anistia aos envolvidos nos

ataques, pauta que deve voltar ao centro do debate legislativo neste início de ano. “Nós já estamos desenhando essa proposta para apresentar e garantir a liberdade de todos os envolvidos no dia 8 de janeiro”, disse o líder da oposição.

Escala 6x1

Em conversa com jornalistas no último dia 21, a deputada Bia Kicis (PL-DF) reforçou que, além da anistia, a direita pretende avançar na instalação da CPI do Banco Master, tema que deve ser levado às discussões entre líderes.

A reportagem procurou lideranças do PT e do governo, mas não obteve retorno sobre as prioridades para a agenda legislativa desse ano. Mas um dos objetivos do Executivo é aprovar o fim da escala 6x1, modelo de jornada de trabalho que prevê seis dias trabalhados para apenas um de descanso.

O tema da redução da escala também está na mira do Senado, que, assim como a Câmara, volta aos trabalhos no próximo dia 2.

Outras propostas com potencial para ganhar tracção com a retomada dos trabalhos legislativos tratam da reorganização do calendário eleitoral e do tempo de mandato para cargos eletivos.